

## **POR QUE O TEXTO É A ÚNICA EXPRESSÃO DA FILOSOFIA? PENSAR E EXPRESSAR FILOSOFIA POR OUTROS MEIOS**

WHY IS TEXT THE ONLY EXPRESSION OF PHILOSOPHY? TO THINK AND EXPRESS  
PHILOSOPHY THROUGH OTHER MÍDIAS

*Bruno Del Ciampo Garcia*<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo investigar o paradigma e a hegemonia do texto filosófico como um dos elementos responsáveis por legitimar a maneira a qual o filósofo é formado, seus exercícios e práticas. Nossa inquirição inicial reside na indagação: seria correto afirmarmos, a partir da tradição filosófica, que só é possível fazer filosofia através dos textos já consagrados, dos autores considerados canônicos? Debruçando-nos sobre este questionamento a respeito da unicidade do texto no processo formativo e refletindo a respeito do papel do filósofo e suas práticas, outras questões e possibilidades nos surgem: enquanto filósofos formados por essas práticas e métodos, poderíamos nos expressar filosoficamente através de um outro meio, que não seja através do texto lógico-dedutivo? Como o movimento de explicação e assimilação das ideias presentes em textos configura boa parte de nossa formação, ao questionarmos esta unicidade do texto como expressão realizamos uma investigação sobre nossa própria formação, sobre nós mesmos, pois ao investigarmos nossa formação e nossas heranças, podemos refletir sobre a possibilidade de se expressar filosoficamente por um meio que não o texto lógico-dedutivo.

**Palavras-chave:** Filosofia, Expressão, pluralismo filosófico

### **Abstract:**

This work aims to investigate the paradigm and hegemony of the philosophical text as one of the elements responsible for legitimizing the way in which the philosopher is formed, their exercises, and practices. Our initial inquiry lies in the question: would it be correct to affirm, based on philosophical tradition, that it is only possible to do philosophy through established texts, by authors considered canonical? By focusing on this questioning about the uniqueness of the text in the formative process and reflecting on the role of the philosopher and their practices, other questions and possibilities arise: as philosophers shaped by these practices and methods, could we express ourselves philosophically through another medium, rather than through logical-deductive text? As the movement of explanation and assimilation of the ideas present in texts shapes a large part of our formation, when we question this uniqueness of the text as expression, we carry out an investigation about our own formation, about ourselves, because by investigating our formation and our inheritances, we can reflect on the possibility of expressing philosophically through a medium other than the logical-deductive text.

**Keywords:** Philosophy, Expression, philosophical pluralism

---

<sup>1</sup> Mestrando (UNESP/Marília). E-mail: [brunodcg@hotmail.com](mailto:brunodcg@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7905-9181>

## Introdução

Para que tenhamos capacidade de refletir sobre o nosso presente, é necessário um olhar crítico para o nosso passado, de modo a compreendermos com circunspeção nosso contexto e como tratar e olhar para nossos problemas e circunstâncias. Ao analisarmos criticamente nosso passado, questionarmos nossa herança e o modelo de filósofo estipulado e nos deparamos com a exclusividade do texto filosófico como único meio de pensar e de se expressar filosoficamente, uma vez que esse meio legitima e garante toda uma formação de filósofos.

Assim sendo, a colocação do problema da unicidade do texto enquanto elemento legítimo nos impulsiona a olhar para a nossa história e para o modelo do filósofo formado pela instituição, já que nós, uma vez formados pela mesma, tendemos a reproduzir as crenças, métodos, práticas e concepções do que nos foi ensinado a respeito do que é ou não é filosofia, onde ela se faz presente, através de quem e através de quais meios ela é expressa. Ao submetemos à dúvida e à inquirição a nossa herança e o modelo de filósofo estipulado pelas instituições, nos deparamos com a exclusividade do texto filosófico como único meio de pensar e esboçar uma filosofia.

A investigação, de nossa formação, de nossas heranças, métodos e práticas inicia-se, portanto, com a investigação do problema: por que somente o texto lógico-dedutivo é considerado um meio legítimo para se expressar em filosofia? Esta indagação sobre a filosofia não ser expressa por outro meio que não seja através do texto lógico-dedutivo, leva-nos também a um questionamento anterior: qual é o modelo do filósofo a ser formado e incentivado pela instituição? Em outras palavras, o que é, segundo a perspectiva acadêmica da instituição, o filósofo?, e sob quais práticas ele é reconhecido como tal? Dito de outro modo, qual é o modelo do filósofo a ser formado e fomentado? Esta investigação acerca do modelo estipulado do filósofo nos ajuda a responder a questão a respeito da exclusividade do texto lógico-argumentativo. Isto é, quando nos interrogamos a respeito da unicidade do texto filosófico como elemento definitivo e legítimo da prática do filósofo, convém-nos que examinemos o modelo do filósofo a ser formado pelas instituições, isto é, pelo o que ele é ensinado a ser reconhecido, quais são suas características, métodos e práticas. Responder a estes questionamentos por nós suscitados até aqui já é uma maneira de circunscrever com evidência o nosso problema a respeito da centralidade do texto e de outras possibilidades de filosofar, como veremos adiante. Debruçamo-nos, portanto, a princípio, em investigar este modelo e concepção de filósofo, suas práticas e características.

## O filósofo formado e suas heranças

Todos nós levamos conosco parte de nosso passado que nos constitui. Com respeito à nossa formação e a influência que sofremos, não seria diferente. Nesta perspectiva, podemos dialogar com Garcia, que, ao analisar a formação do filósofo e suas práticas, constata que o mesmo é submetido à uma formação estruturalista, onde, segundo ela,

O método estruturalista consiste em ler textos de maneira a buscar sua coerência interna procurando identificar argumentos, proposições e conceitos de acordo com a lógica própria do texto, sem extrapolar o domínio do pensado pelo autor, mas atendo-se ao sistema dele, o que configura-se numa abordagem historiográfica (Garcia, 2019, p.217).

Baseando-nos nas palavras de Garcia nos é possível inferir que o registro histórico estruturalista molda e influencia o que se compreende por fazer filosofia: uma atividade de leitura restritiva, respeitando os domínios do autor do texto e estabelecendo uma relação de erudição, um conhecedor de textos. Podemos dizer que o ensino de filosofia é reduzido a uma mera compreensão, onde o sujeito é formado para reter o conhecimento sobre um autor, sobre a história da filosofia, de modo que o texto seja a expressão que legitima o argumento e a atuação. Neste aspecto, nos indaga Rodrigues: “Como esperar que, dessas práticas passivas com a explicação, poderíamos levar nossos estudantes a ter outra relação com a filosofia a não ser de conhecimento sobre a história da filosofia?” (Rodrigues, 2020, p.163).

Ao nos depararmos com uma formação que considera valioso o texto como elemento legitimador de filosofias, nós, enquanto educadores formados por esses pressupostos, se nos isentamos da atitude reflexiva quanto a nossa própria formação, acabaremos repetindo estes mesmos pressupostos formativos. Isto é, atuaremos exercendo e realizando as mesmas práticas e métodos que nos formaram e, conseqüentemente, estaremos atuando e agindo de acordo com uma espécie de limitação. Como bem argumenta Rodrigues (2020, p.165):

Ora, não fomos estimulados a questionar o próprio conteúdo do que era explicado pelos nossos professores; afinal de contas, ler e explicar um texto filosófico não tem relação com as possibilidades materiais das doutrinas filosóficas. Ou seja, não vivenciamos em sala de aula práticas que estabeleçam um vínculo problemático com a história da filosofia e com os problemas filosóficos.

Podemos dizer que a formação do filósofo se faz através do conhecedor de textos filosóficos por intermédio da explicação do professor, de modo que esse filósofo que está sendo formado será responsável por exercer os mesmos métodos e práticas aos quais foi submetido, pois este é o modo ao qual ele foi ensinado a se relacionar com a filosofia.

Deste modo, passamos a reconhecer o filósofo formado através de suas práticas tais como ser um perito de textos, como um conhecedor da história da filosofia e de seus conceitos. Isto é, o filósofo, para que seja reconhecido como tal, deve deter o conhecimento e o domínio da história da filosofia. Diante dessa definição, fica fácil de antever que, ainda nas palavras de Rodrigues, “Por incrível que pareça, em sua grande maioria, as aulas de filosofia eram esvaziadas de quaisquer possibilidades de pensamento das questões do presente” (Rodrigues, 2020, p.165), isto porque, como também argumenta Gelamo, somos

Acostumados a creditar à história da filosofia suas qualidades universais e, portanto, descontextualizada de nosso tempo-espço, queremos “encontrar” os problemas de nosso tempo nos livros da biblioteca e nos escaninhos eternos da história, sufocando a nossa realidade pelos esquadrinamentos dos escritos do Norte global. (Gelamo Garcia & Rodrigues, 2021, p.2).

Isto é, depositamos demasiada crença na qualidade universal da história da filosofia que chegamos a crer que podemos encontrar os problemas de nosso presente nos livros de biblioteca, como se no passado existisse todas as problematizações necessárias para os nossos dias de hoje. Assim sendo, podemos dizer que “atribuímos ao pensamento filosófico uma condição de fórmula: um quebra-cabeça a partir do qual precisamos encontrar as peças certas para

delimitar os contornos de nossa realidade” (Gelamo Garcia & Rodrigues, 2021, p.2).

Quando Rodrigues menciona que as aulas de filosofia eram vazias de pensamentos sobre questões do presente, há a colocação da tensão: que filósofo formado é este que não é capaz de refletir sobre as questões de seu presente, de suas circunstâncias e condições, ou mesmo de questões relativas a sua própria formação? Como bem visualiza Rodrigues, esta incapacidade se dá porque temos como objetivo de nossa formação a plena aprendizagem e compreensão da história da filosofia, de modo a esvaziar quaisquer reflexões, seja sobre o presente, “(...) seja o próprio ofício do professor de filosofia, sejam as condições de se fazer filosofia na atualidade, sejam os próprios métodos de leitura do texto filosófico. (Rodrigues, 2020, p.165).

Isto equivale a dizer que sua prática se pauta em ser um transmissor de ideias, mas não em ser aquele que instiga e provoca novas ideias, que tem abertura para outras ideias, que é capaz de refletir sobre as necessidades dos outros, de si e do mundo e sobre o presente. Nesta perspectiva, Rodrigues também nos convida a refletir sobre ao tensionar e denunciar que

Por outro lado, nossos professores nem sequer haviam problematizado suas próprias práticas em sala de aula, como se a única maneira possível de se relacionar com a filosofia fosse a partir dessa perspectiva explicativa/compreensiva. (Rodrigues, 2020, p.165).

Isto quer dizer que não apenas somos submetidos a uma formação que valoriza este movimento resumido em ler, compreender e explicar, como também, se nos isentamos de nossa capacidade crítica e reflexiva quanto à esses pressupostos e heranças, muito provavelmente nos transformaremos “[...] em professores que não sabem fazer da sala de aula o lugar de reflexão e problematização filosófica do presente” (Rodrigues, 2020, p.166), isto porque “[...] uma prática explicativa e acrítica da filosofia só terá condições de estimular, em sala de aula, um exercício de compreensão e explicação acrítica da filosofia” (Rodrigues, 2020, p.166). Em síntese, diz Rodrigues que “Se a atitude que se desenvolve nos cursos de Filosofia não é de crítica, mas de compreensão, muitas vezes, passiva, acreditamos que dificilmente o professor de filosofia adquirirá recursos para fazer uma reflexão do presente com seus alunos”. (Rodrigues, 2020, p.166).

Por isso, quando pensamos na possibilidade de se expressar filosoficamente por outros meios estamos problematizando, portanto, nossa própria formação e examinando nossas próprias práticas, crenças e pressupostos. Isto nos coloca em uma posição fronteiriça: a de que, se estabelecemos uma relação dogmática com nossa formação, isto é, com os processos, métodos e práticas que nos formaram, muito provavelmente não estaremos abertos à pluralidade de ideias e expressões de outras filosofias. Isto é, se não formos capazes de questioná-la ou estabelecermos relações filosóficas com ela. Em suma, estaremos sendo responsáveis por nossa própria ignorância, estaremos sendo os responsáveis por nossa própria limitação.

De maneira similar, a não investigação crítica da crença na ideia pré-concebida de que a filosofia se faz somente através dos textos lógico-argumentativos – crença esta que caminha de mãos dadas com a noção que fomos ensinados a ter de quem é ou não é filósofo e de como se aprende e se

ensina filosofia –, fará com que nos tornemos ignorantes quanto a nós mesmos, quanto aos nossos próprios pressupostos, quanto a nossa própria formação.

O modelo de filósofo formado pela instituição é justamente o professor formado para ser um detentor da história da filosofia, de modo que esta seja considerada como uma formação filosófica que legitima a atuação do mesmo em salas de aulas, ainda que essa relação se dê de maneira acrítica, como bem diz Rodrigues (2020). Portanto, ao refletirmos sobre o modelo formado como filósofo, compreendemos, por fim, os motivos pelos quais o texto é considerado como único elemento legitimador da filosofia. Isto é, se não nos dispormos a estas reflexões, de maneira dogmática daremos continuidade à herança filosófica, de modo a ser “Formados por explicadores de textos e para sermos explicadores de textos (...)” (Rodrigues, 2020, p.166).

Desta forma, baseando-nos nas análises feitas por Garcia (2019) e de Rodrigues (2020) a respeito do ensino de filosofia, podemos também dizer que deixamos de olhar para a vida e para a realidade que nos cerca para olhar somente para os textos, para sermos conhecedores de textos, não pensadores do próprio tempo, nem da própria realidade, nem tampouco do próprio presente. Não somos estimulados a refletir e a enunciarmos a nós mesmos, nossa própria experiência, nossas próprias dúvidas e críticas.

Dito de outro modo, quando nos dedicamos a compreender e refletir sobre o que é fazer e expressar filosofia, investigamos o que é ser considerado filósofo e como ele é formado. Em consequência dessa investigação, admitimos, com base na tradição, na nossa herança formativa e no modelo de filósofo fomentado, que o senso comum de que fazer filosofia é deter o conhecimento a respeito da história da filosofia e ser capaz de enunciá-la – ainda que acriticamente e sem reflexões sobre o presente. Em diálogo com essa análise, podemos mencionar e dialogar com o filósofo alemão, Immanuel Kant, que há muitos anos também já antevia um problema semelhante. Segundo ele,

[...] De onde quer que um conhecimento seja originariamente dado, naquele que o possui ele será histórico quando este indivíduo conhece só tanto e na medida em que lhe foi dado de fora, seja mediante uma experiência imediata ou uma narração, seja mediante uma instrução (de conhecimentos gerais). Em consequência disto, aquele que propriamente aprendeu um sistema de filosofia, o wolffiano, por exemplo, nada mais possui do que um conhecimento histórico completo da filosofia wolffiana (...) Contestai-lhe uma definição e já não sabe de onde deve tirar outra. Formou-se segundo uma razão alheia, mas a faculdade imitativa não é faculdade produtiva, ou seja, o conhecimento não se lhe originou a partir da razão; embora, é verdade, se trate objetivamente de um conhecimento racional subjetivamente não passa de um conhecimento histórico (Kant, 1983, p.406-407).

A questão é que ao sermos formados para sermos conhecedores da história da filosofia, partimos de um pressuposto, como evidenciamos com a passagem de Kant, que não é questionável: que o pleno conhecimento da história da filosofia necessariamente fará com que uma pessoa seja capaz de filosofar, de desenvolver o senso crítico e a autonomia.

Em outras palavras, não é necessariamente o pleno conhecimento da história da filosofia, dos pensamentos e das respostas dos autores aos quais estudamos que nos tornará capazes de filosofar os problemas que nos pertencem. Isto é, não é o ato de deter o conhecimento da história da filosofia que nos fará refletir sobre o nosso presente, sobre os problemas que compõem nossas vidas.

Como também diz tão bem Kant: “(...) Conseqüentemente, um conhecimento pode ser objetivamente filosófico e ainda assim subjetivamente histórico, tal como ocorre com a maioria dos discípulos e com todos aqueles que não vêm adiante de sua própria escola, permanecendo neófitos por toda a vida” (Kant, 1983, p.407). Inspirando-nos em toda a investigação traçada até aqui, inferimos que filosofar não é somente se relacionar com a abordagem conteudista da história da filosofia. Neste aspecto, Rodrigues analisa e sinaliza uma característica a respeito de nossa formação e nosso papel, pois, segundo ele,

E, tal como o que nos faz ser professores de filosofia na atualidade é o conhecimento sobre a história da filosofia e a capacidade de explicá-lo para nossos estudantes, esses mesmos estudantes serão assim modelos nas aulas de filosofia, desenvolvendo-se nos mesmos exercícios de seus professores. Serão, então, detentores de conhecimentos sobre a história da filosofia, porém, terão empobrecidas suas capacidades de pensar filosoficamente o presente. (Rodrigues, 2020, p.166).

Esta passagem de Rodrigues em relação a nossa herança formativa é essencial, pois nos coloca em uma situação de elaboração e compreensão sobre os processos que envolvem a constituição de nossa subjetividade, de nossas crenças e práticas. Ser capacitado para ser um conhecedor da história da filosofia é uma das principais funções daquele considerado filósofo. Ainda sobre essa formação que considera valiosa a reprodução da história da filosofia e o domínio da mesma, um ponto que vale a pena ser destacado é que não somente os autores e pensadores brasileiros perceberam essa limitação que a formação acadêmica impõe com sua forma de identificar filosofia através de uma única expressão e por meio da abordagem historiográfica. Deleuze também confessa e denuncia sua formação e a repressão da história da filosofia ao dizer que:

Sou de uma geração, uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas com a história da filosofia. A história da filosofia exerce em filosofia uma função repressora evidente, é o Édipo propriamente filosófico: ‘você não vai se atrever a falar em seu nome enquanto não tiver lido isto e aquilo, e aquilo sobre isto, e isto sobre aquilo’. Na minha geração muitos não escaparam disso, outros sim, inventando seus próprios métodos e novas regras, um novo tom (Deleuze, 1992, p.14).

Porém, esta confissão de Deleuze não apenas dialoga com o que estamos investigando até então a respeito de nossa herança, como também nos incentiva a olhar de maneira ainda mais crítica para a mesma. Isto porque, como bem percebe Aggio, este modelo de filósofo equivale “(...) ao modo institucional dominante de se fazer filosofia que seria, digamos, mais um saber sobre a filosofia de alguém canonizado do que a liberdade de se pensar sobre, com e para além da filosofia de um ou mais autores” (Aggio, 2023, p.2). Isto é, o filósofo muitas vezes encontra-se com sua autonomia de pensamento silenciada por detrás de um autor canônico ou por detrás da prática de explicação, compreensão e assimilação da história da filosofia.

Agora levantamos uma questão: como poderíamos pensar o nosso presente e nossos problemas se ainda estamos ancorados em nossa herança de detentores da história da filosofia, atuando como meros explicadores? Como poderíamos expressar outros pensamentos, através de outros meios, se ainda nos reconhecemos pelo trabalho de compreensão da história da filosofia, de textos e pela elaboração de comentários sobre as obras? Não obstante, Palácios, ao realizar

uma análise sobre o que consiste ser filósofo no Brasil, também nos convida a refletir e constata que

Se mudássemos a perspectiva filosófica e não tivéssemos mais esse complexo de vira-lata, de viver de nostalgias e de pensamentos de outras épocas, com certeza seríamos capazes de filosofar. Mas também é verdade que há lugares onde os estudantes são forçados a admirar excessivamente a tradição e não se lhes permite ousar afastar-se dela. Esse lugar é a academia (Palácios, 1997, p. 14).

Isto é, baseando-nos nas palavras de Palácios, podemos dizer que não apenas somos ensinados a admirar excessivamente a tradição, como também acreditamos que somente seremos capazes de filosofar e de nos relacionarmos com a filosofia se nos submetemos à esta mesma tradição.

### **A prática filosófica em consonância com o domínio do texto**

Investigamos anteriormente uma parcela do que corresponde ser formado em filosofia, em suas regras e práticas. Porém, para além da história da filosofia, existe um outro elemento e uma outra prática que mantém o texto como elemento intocável: os comentários e a especialização.

É valioso e pertinente destacarmos que além de formado para ser um conhecedor da história da filosofia, o ofício do filósofo também é reconhecido como especialista em análises e comentários de textos filosóficos. Como também expressa Aggio: “Ora, a filosofia já foi modo de vida, mas parece ter se encerrado na tarefa de produzir discursos sobre conceitos ou, mais restritivamente, na tarefa acadêmica de analisar textos e argumentos” (Aggio, 2023, p.3-4). Aqui se faz presente mais um motivo pelo qual o texto aparece-nos como um elemento intocável: ele é o meio pelo qual se faz presente o registro e o comentário de obras, autores e os argumentos desses autores. Como nos ajuda a enunciar Cabrera (2013, p.38):

Também faz parte desta ideia profissionalizada do pensamento o domínio adequado de uma metodologia de acesso aos textos (uma “tecnologia do texto”), uma capacidade reflexiva e argumentativa sólida que não se apoie apenas em meras intuições, mas em raciocínios bem encadeados e rigorosos, que possam propiciar resultados novos aos problemas tratados, ou maneiras diferentes de visualizá-los.

E continua ao dizer que

Assim, domínio da literatura, argumentatividade e obtenção de resultados são as características mais claras da atividade filosófica academicamente concebida. Isto configura o caráter de “sério” e “responsável” para qualquer empreendimento filosófico que pretenda hoje ter alguma visibilidade [...] (Cabrera, 2013, p.38).

Isto quer dizer que, para que sejamos considerados filósofos sérios e respeitados, precisamos nos dispor a esses domínios e práticas textuais. Porém, uma análise mais séria nos mostra que essas atividades não necessariamente implicam com que alguém seja filósofo. Por isso, Palácios esboça seu espanto ao dizer que não existem filósofos no Brasil, pois, segundo ele

e que nos séculos 20 e 21 também “não há” filósofos no Brasil, mas tão somente humildes e esforçados “técnicos da Filosofia”, especialistas universitários competentes tentando se inserir nas atividades filosóficas internacionais, por meio do comentário e a análise de autores e Filosofias (Cabrera, 2013, p.19).

Não obstante, podemos dialogar com Aggio, que, em sua análise, nos fornece um excerto importantíssimo que nos diz a respeito a especialização, o silenciamento e sobre o papel da filosofia enquanto disciplina institucionalizada:

Do problema da especialização como autorização para falar segue-se outro pior: o de não se autorizar a pensar por si mesmo no sentido de ousar filosofar, encolhendo se na menoridade intelectual, tornando-se um espectro por detrás de um autor canonizado e, ainda, gastar toda uma vida em disputar a propriedade nacional de especialista desse autor (...)(Aggio, 2023, p.2).

Essa análise feita por Aggio contribui para o que estamos investigando até o momento e nos mostra a importância de exercitarmos a nossa maioridade intelectual com base na autonomia que nós mesmos somos capazes e responsáveis por criar e refinar.

Além disso, um ponto que vale a pena destacar é que não passa despercebido que, se constataremos a própria tradição filosófica ocidental, podemos encontrar diversos exemplos que seriam exceções a esta regra, até mesmo entre os clássicos. Sobre isso, podemos pensar sobre o que diz Smaniotto “Mesmo antes de Platão, seu mestre Sócrates não pensava que a filosofia sequer podia ser escrita, deveria ser prática oral. (Smaniotto, 2020, p.249)”.

Se antes a filosofia podia ser uma tradição oral, agora à legitimação do pensamento filosófico ficou basicamente reservada à produção e registro do texto tipográfico (Smaniotto, 2020, p.249).

Smaniotto aqui nos auxilia a elaborar e apresentar como fomos ensinados a lidar e nos expressar filosoficamente. Todavia, como ele mesmo constata, não passa despercebido que outras formas de expressão, como os diálogos de Platão, também sejam consideradas filosofia, embora não se enquadrem no modelo e forma do que é filosofia em nossos dias. Isto é, Smaniotto realiza um tensionamento do paradigma que se tem por o que é ser filósofo: o de seguir o método acadêmico de escrita para se expressar, isto é, expressar-se por meio do texto lógico-dedutivo.

Logo, podemos dizer que a atividade filosófica sofre uma espécie de limitação do livre pensar enquanto caracterizada pelos métodos e práticas acadêmicas estabelecidas anteriormente por uma instituição e por um currículo, uma vez que ocorre o silenciamento de quaisquer outras expressões que não se adequem a este modelo acadêmico. Diante dessas considerações a respeito do movimento de exclusão e de como ele é consumado, podemos citar novamente Cabrera, que nos convida a refletir sobre os pressupostos e definições ao dizer que

Todo mundo aceita esta caracterização de Filosofia. O problema não é, pois, o de não sabermos o que seja Filosofia, mas de sabê-lo demasiado. Eu gostaria de poder recuperar aquele âmbito onde a Filosofia não consegue ser definida com tanta precisão, onde ela ainda é problema. (Cabrera, 2013, p.21).

Esta passagem de Cabrera nos diz muito sobre o âmbito ao qual a filosofia se encontra. Sabemos de antemão o que é filosofia antes de experimentarmos o que

ela não seja. Diante desta perspectiva, Rodrigues também colabora para a elaboração de nossa investigação ao dizer:

O problema é que, ao se decretar previamente o que é a filosofia, quais são seus objetos, práticas e como ela deve ser produzida dentro da instituição, elimina-se uma reflexão, uma abertura entre os próprios pares, sobre sua própria identidade e os seus diversos sentidos possíveis (Rodrigues, 2021, p.9).

Rodrigues evidencia como o decreto prévio do que signifique filosofia empobrece a própria. Isto é, a filosofia, enquanto declarada e definida, seja pelo seu caminho ou pelo seu objeto de análise, acaba, por fim, silenciando o próprio ato de filosofar. Uma vez que a discussão nem está sequer aberta, a respeito desse domínio da metodologia, do acesso ao texto e ele como única forma séria de fazer filosofia, podemos dizer que outras formas de expressão não são aceitas e incentivadas, e que somente o texto aceito academicamente como filosófico é capaz de expressar uma filosofia, como se disséssemos: "(...) esta maneira de fazer Filosofia constitui a única maneira séria de fazê-la, que não há alternativas viáveis que mereçam qualquer consideração. De fato, o debate não está sequer aberto" (Cabrera, 2013, p.38).

Se de fato fosse uma verdade o fato de existir um único meio possível de fazer e ensinar filosofia, como se configura a crença que a academia detém, este meio já foi encontrado e, portanto, não pode mais ser questionado. Isto equivale a dizer que existe a convicção de que a produção de pensamentos filosóficos só pode se dar através do texto lógico-argumentativo, como se houvesse uma ciência e uma verdade que definisse dogmaticamente essa produção. Todavia, a respeito disso, Cabrera nos diz:

Esta incapacidade de avaliar alternativas e de ponderar outras maneiras de fazer Filosofia seriamente leva para aquela que me parece ser a característica mais grave da atual situação da Filosofia no Brasil: a ideia de estarmos no caminho certo (...) (Cabrera, 2013, p.38).

Se as pessoas pensam e fazem filosofia por serem humanas e se espantarem com o mundo e com os fenômenos que ocorrem, parece ser no mínimo uma atitude de exclusão dizer que somente quem se encaixa nas formas e normas do modo de expressar, aceita e perpassada pela cultura europeia filosófica, que é capaz de filosofar.

Sob a lógica de uma única forma de se expressar que se baseia na compreensão e repetição, em uma formação pautada na reconhecimento e nos comentários adicionais à textos clássicos, podemos dizer não haver um estímulo e um espaço para a reflexão pessoal, para a autonomia.

Nesse aspecto, não há inovação, não há o risco de errar, não há uma expansão em querer trazer mais coisas para o debate filosófico, ou um novo horizonte, ou uma nova expressão, e como diz tão precisamente Margutti, "Isso nos coloca numa situação pouco recomendável, em que os estudantes de filosofia são em geral formados para comentar textos clássicos, sem qualquer estímulo à reflexão pessoal e independente." (Margutti, 2018, p.225). Não obstante, Cabrera denuncia também que "O autoritarismo se incorporou na comunidade. Qualquer aceno para algum trabalho mais criativo e pessoal, tanto na forma quanto no conteúdo, será rápida e sumariamente desencorajado" (Cabrera, 2013, p.82).

A instituição delimita o que é filosófico, quais as práticas, os métodos e legitima suas expressões, de modo que a herança nos impõe uma característica formativa e excludente: a academia só estará disposta a considerar um trabalho como filosófico se ele estiver de acordo com regras, normas e padrões previamente estabelecidos. Em síntese, quando as instituições de poder determinam, por exemplo, “O objeto da filosofia é A e se faz da forma B”, ela nas entrelinhas está dizendo: Somente este objeto, somente este método e somente estes meios de expressão e práticas podem ser consideradas filosóficas, o restante, não. Baseando-nos nos excertos de Rodrigues (2020) e Cabrera (2013), podemos dizer que a simples presença de uma unicidade de se expressar camufla ocultas crenças e pressupostos que não necessariamente foram colocados em questão, como se a instituição determinasse um currículo e único modo de se aprender e de se pensar filosoficamente.

### Além da unicidade textual

A constatação de que “O texto é a única forma de se expressar filosoficamente” nos fornece dois pressupostos: O texto é um objeto considerado indiscutível, intocável, legitimado e incentivado na formação do suposto filósofo, e, além disso, a crença de que somente este meio é dotado da capacidade de fornecer e suscitar questionamentos e investigações filosóficas.

Como bem argumenta Smaniotto (2020, p.249), “O papel central da dissertação filosófica no modo de produzir filosofia no ocidente decorre principalmente da obra de Aristóteles”. Todavia, apesar Aristóteles estabelecer uma forma de relacionarmos com a filosofia, isto é, através da construção e da argumentação lógico-dedutiva, constata também Smaniotto que

apesar de este ser o suporte textual preferencialmente utilizado na academia, não passa despercebido pelo aluno do curso de filosofia que Platão – tido como o primeiro sistematizador de um sistema filosófico- (...) tenha ele mesmo utilizado o diálogo, e não a dissertação, para expor sua filosofia. (Smaniotto, 2020, p.249).

Isto quer dizer que embora exista uma maneira baseada na dissertação lógico-argumentativa, quem quer que seja que admita que somente o texto é capaz de produzir e carregar um teor filosófico está, antes de qualquer coisa, delimitando percepções de mundo e instaurando um movimento de restrição e de limitação de identidade e de compreensões. Neste aspecto, podemos dialogar também com Goya, que é preciso ao identificar o caráter arbitrário de apenas uma forma de se expressar ao dizer que “É preciso retirar quaisquer restos históricos e epistêmicos da crença absurda de que só é possível filosofar com autonomia sob o imperativo da produção de um texto escrito” (Goya, 2019, p.85).

Do contrário, refletir sobre a importância e a prática de outras formas de expressão de pensamento, é um exercício de abranger cada vez mais visões de mundo e pensamentos, sob diversas perspectivas, de modo a elaborar de modo cada vez mais refinado nosso pluralismo e nossa própria autonomia. Nossa inquirição aqui reside justamente neste ponto: A reflexão filosófica sobre as próprias práticas, métodos e meios de se expressar filosoficamente não configura também um problema filosófico? Afinal, as consequências dessa investigação filosófica são pertinentes a todos nós. uma vez que, se o paradigma e a hegemonia do que se compreende por fazer filosofia, como vimos até aqui, é sustentado na

leitura e escrita de textos acadêmicos, esta caracterização evidencia o motivo pelo qual os termos técnicos de conceitos e especialista em comentários são tão pertinentes: eles mantêm e reproduzem os pressupostos e os cânones, isto é, são modelos que se sustentam na concepção imitativa, reprodutora, limitada sob a noção de um conhecimento histórico, e, como diz Nietzsche (1983), uma relação sem efeito, pautada na erudição e em um saber recolhido interiormente.

Nesta perspectiva, Nietzsche nos convida a refletir ao nos confessar sua análise a respeito do filosofar moderno: “Todo filosofar moderno está política e policiamento limitado à aparência erudita, por governos, igrejas, academias, costumes e covardias dos homens; ele permanece no suspiro: ‘mas se...’, ou no reconhecimento: ‘era uma vez’” (Nietzsche, 1983, p.63), isto porque submetemos não apenas nosso pensamento, mas a nós mesmos a um único modo de nos relacionarmos com a filosofia.

Assim sendo, podemos dizer que quando questionamos se não poderíamos nos expressar filosoficamente através de outros meios, ao elaborarmos os motivos da exclusividade do texto, e se ele é mesmo o único capaz de carregar filosofia, estamos, no fundo, não nos submetendo a esse modelo que reduz a atividade filosófica a ser detentor da história do pensamento, ou técnico em conceitos ao especialista.

Esta atividade de comentador de obras filosóficas, nas palavras de Palácios, pode ser reconhecida como uma atividade que

[...] consiste em esconder-nos atrás de vocabulários emprestados para tratar de assuntos que não são problemas para ninguém nem nos dizem respeito. Além de traidores da inteligência, nos convertemos em intrómetidos esclarecidos. Esta verdade é difícil de ocultar, mas poucos querem vê-la: assim como o crítico de arte não é artista, nem o historiador da ciência é cientista, o mero comentador de textos filosóficos não é filósofo (Palácios, 1997, p.16).

Com base nesta passagem de Palácios, podemos acrescentar que o modelo do filósofo a ser formado não configura apenas um detentor do conhecimento a respeito da história da filosofia, mas também a capacidade de fornecer comentários e análises sobre os autores canônicos. Isto é, a noção de filósofo a qual investigamos, além de deter o conhecimento da história da filosofia e deter o domínio do texto de modo a explicá-lo para ser compreendido, realiza também como atividade que o caracteriza como tal a escrita de comentários de textos. Como também não deixa de visualizar e denunciar Nietzsche:

(...) Sim, pensa-se, escreve-se, imprime-se, fala-se, ensina-se filosoficamente – até aí tudo é permitido; somente no agir, na assim chamada vida, é diferente: ali o permitido é sempre um só, e todo o resto é simplesmente impossível: assim o quer a cultura histórica. São homens ainda – pergunta-se então –, ou talvez apenas máquinas de pensar, de escrever e de falar? (Nietzsche, 1983, p.63).

Nietzsche mostra-se pontual ao questionar se nós, seres humanos, somos ainda seres humanos ou apenas nos tornamos máquinas de pensar, escrever e falar? Por este motivo tensionamos aquilo que é tido como mais certo e indubitável na filosofia: o texto, pois ele é o elemento essencial para que essas funções e práticas permaneçam. Isto é, o texto é o elemento que legitima as práticas investigadas até aqui. Pensar e evidenciar a importância de outras formas de expressão de pensamento, além de ir contra a unicidade expressiva presente em nossa formação, é, portanto, também abranger cada vez mais visões de mundo e

pensamentos, sob diversas perspectivas e nos relacionarmos de modo diferente com a própria filosofia, pois, como sinaliza Garcia (2019, p.220)

A diversidade de pensamento parece ser importante para áreas que, tal como a Filosofia, visam a desenvolver o pensamento livre e a evitar o dogmatismo, uma vez que permite o contato com o outro permite a inserção de novos modos de ser e da percepção das limitações de nosso pensamento.

Isto quer dizer que a dúvida ‘haveria um método tido como correto para se expressar filosoficamente?’ já é, por si só, um problema filosófico, pois esse problema, como mostramos até aqui, evidencia um conjunto de motivos arbitrários sustentados pelo contexto do que se tem por filosofia e qual é o modelo estabelecido como correto e único. Deste modo, podemos dizer que a ambição de encontrar outras formas de se expressar filosoficamente é uma forma de ir contra o que é tradicionalmente aceito como filosófico, de modo a reconhecer que existem outros meios e outras possibilidades de filosofar, isto é, reconhecer que outras pessoas podem filosofar por esses outros meios e que estas não estão necessariamente na academia, nem necessariamente se expressam por meios e métodos estabelecidos previamente por uma instituição.

Deste modo, ao repensar as práticas filosóficas, “visamos propor uma ampliação nas formas de compreender a filosofia acadêmica para valorizar mais a comunicação de visões de mundo do que o formato em que os modos de ser são expressos” (Garcia, 2019, p.213). Isto é, a questão não é

(...) excluir ou desvalorizar o uso da linguagem verbal enquanto instrumento filosófico, mas, apontando para a relevância de outras formas de expressão de pensamento, mostrar a importância do diálogo entre as diferentes formas de pensamento para uma filosofia mais rica de visões de mundo e não restrita a uma única perspectiva. (Garcia, 2019, p.213).

Assim sendo, em diálogo com Garcia, podemos dizer que precisamos reavaliar nossas certezas, práticas, métodos e atitudes, de modo que estejamos dispostos a mudar e alcançar novos horizontes. Ao se instaurar novas formas de se expressar em filosofia, o outro ser humano e suas outras expressões também são expressas. Por exemplo, o que poderíamos pensar de uma pessoa cega, ou com qualquer outra característica que a impeça de ler ou escrever um texto de filosofia? Será que sua limitação seria um motivo plausível para considerá-la como incapaz de produzir pensamentos filosóficos?

Se partirmos do pressuposto de que a filosofia acadêmica é a correta, podemos dizer que sim. Ora, não é absurdo dizer, como constatamos até aqui, que a unicidade expressiva da filosofia corresponde à exclusão de toda uma gama de singularidades por uma instituição. Isto, por si só, não equivaleria a uma espécie de restrição? Mais uma vez, o pensamento e a dúvida nos instiga: quem não tem condições de ler um texto e se formar em filosofia é deficiente por não possuir capacidade de filosofar, ou a filosofia acadêmica que se torna deficiente por não olhar para essas pessoas e para os pensamentos e investigações que elas podem partilhar da forma que lhes convém? Seriam essas pessoas deficientes, porque não se enquadram no método da filosofia acadêmica institucional, ou deficiente é a filosofia que não olha para elas e não legitima esses outros modos de se expressar, de ser e de existir? A respeito disso, lembremo-nos do questionamento proposto por Thoreau: “Devem nossas instituições ser como aquelas pinhas cheias de frutos

abortivos, cuja utilidade é apenas a de nos espetar os dedos?” (Thoreau, 1984, p.73).

Em síntese, podemos dizer que “(...) a diversidade se mostra um recurso importante para o enriquecimento do pensamento, algo que vem sendo anulado por uma Filosofia pautada exclusivamente em uma única forma de expressão” (Garcia, 2019, p.220), e que, assim sendo, a possibilidade de se expressar por um outro meio é um convite ao exame da consciência a respeito de nossa formação, de nossos pressupostos, de nossas práticas enquanto filósofos e da nossa relação que estabelecemos com a filosofia.

pensar a possibilidade de um fazer filosófico que vá além do filosofar a partir da dissertação lógico-expositiva, predominante em nosso ensino acadêmico. Afinal, pensamos ser possível filosofar de diversas formas e por diferentes suportes textuais, inclusive histórias em quadrinhos (Smaniotto, 2020, p.239).

Diante dessa passagem de Smaniotto, retornamos, portanto, ao questionamento no intuito de refiná-lo ainda mais. Diante do contexto da institucionalização da filosofia que investigamos, será possível que nós, enquanto filósofos formados sob os pressupostos acadêmicos e institucionais de nossos tempos, podemos nos expressarmos de uma maneira que não seja reconhecida pela instituição como meio legítimo de filosofar, de modo a nos expressarmos filosoficamente por um meio que não seja o texto lógico-dedutivo e sermos considerados filósofos, e não facilitadores e comentadores dos filósofos já consolidados? Se a filosofia nos inspira à alcançarmos nossas liberdades e uma maior autonomia, que outras formas de expressá-la nos ajudem nesse caminho que nos cabe percorrer. Se “(...) o pensamento que se expressa através do corpo, do gesto, da arte, entre outros, pode oferecer um enriquecimento da Filosofia” (Garcia, 2019, p.213), qualquer outro meio para expressar este pensamento, não seria um meio válido para expressarmos nossas ideias de maneira tão filosófica quanto o próprio texto? Pois, se a filosofia nos convida à liberdade, por que ater-nos a uma crença arbitrária tal como a unicidade da filosofia através do texto lógico-dedutivo?

### **Considerações finais: uma filosofia além do texto**

Não é nosso intuito esgotar ou mesmo exemplificar por quais meios são possíveis ou não se expressar em filosofia. Porém, como bem evidenciamos, uma definição, ou o estabelecimento de algum meio em específico como único possível caracteriza uma configuração arbitrária e historicamente construída. De tal forma que, uma vez analisada a nossa herança e os pressupostos que nos sustentam para realizar nossas práticas, nos dispor ao exame de consciência de modo a refletir sobre a possibilidade de nos expressarmos filosoficamente através de um outro meio que não através do texto hegemônico como inferimos até aqui. Deste modo, podemos concluir que a não submissão à hegemonia do texto e às práticas decorrentes da mesma mostra-se como um exercício de aprimoramento de uma autonomia.

Afinal, se considerarmos que o texto lógico-dedutivo é o único meio legítimo para nos expressarmos filosoficamente, deveríamos, então, nos desfazer dos autores tais como Platão, por se utilizar de diálogos, ou de Nietzsche, por se expressar por meio de aforismos, ou mesmo Sartre e Camus que, constatando a insuficiência de uma única forma de se expressar, encontraram no romance uma

outra maneira, um outro tom para expressarem seus pensamentos, tais como Montaigne encontrou, por exemplo, os ensaios. Compreendendo estas possibilidades quanto a pluralidade de mídias, diz Sloterdijk:

Acima de tudo, porém, a questão de como o ser humano poderia se tornar um ser humano verdadeiro ou real está daqui em diante inevitavelmente colocada como uma questão de mídia, se entendermos por mídias os meios comunitários e comunicativos pelos quais os homens se formam a si mesmos para o que podem, e o que vão, se tornar” (Sloterdijk, 2000, p.19-20).

Assim sendo, é possível inferirmos que a forma não corresponde ao rigor, de tal modo que tanto esses outros estilos literários quanto os quadrinhos, os cinemas, ou mesmo a dança são também meios legítimos para a expressão de ideias filosóficas.

## Referências

- AGGIO, Juliana Ortegosa. **Outros modos de se fazer filosofia**. Disponível em: Le Monde Diplomatique Brasil. Publicado em: 30 mar. 2023.
- AGGIO, Juliana. Filosofia como modo de vida democrático. In: SILVA FILHO, Waldomiro J. (Org.). **Porque a filosofia interessa à democracia**. Salvador: EDUFBA, p. 151-159, 2020.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987. v.1.
- CABRERA, Júlio. **Diário de um filósofo no Brasil**. 2.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.
- CABRERA, Júlio. **O Cinema pensa**: uma introdução à filosofia através dos filmes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- CABRERA, Júlio. Filosofar acadêmico e pensamento insurgente (dis-pensando a filosofia a partir de Oswald de Andrade e Raul Seixas). **REVISTA IDEACÃO**, n. 35, jan./jul. p. 78–131, 2017.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).
- GARCIA, A. **A filosofia e seu ensino podem colaborar para adiar o fim do mundo?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.
- GARCIA, A. Uma proposta de filosofia além da esfera verbal para um pensamento descolonizado. **Griot** : Revista de Filosofia, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 211–229, 2019.
- GELAMO, R.P. **O Ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade**: O que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia? São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.
- GELAMO, R.; GARCIA, R. M.; RODRIGUES, R. **Descolonizar a filosofia brasileira**. *Transformação: Revista de Filosofia*, v. 44, n. 2, p. 1–22, 2021.
- GOYA, W. **A Força Espiritual da Palavra**. 1. ed. Goiânia: Kelps, 2019.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARGUTTI, P. Filosofia brasileira e pensamento descolonial. **Sapere Aude**, v. 9, n. 18, p. 223-239, 16 dez. 2018.

MARGUTTI, Paulo. **História da filosofia do Brasil: o período colonial (1500 – 1822)**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**; seleção de textos de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; Posfácio de Antônio Cândido. – 3. ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ORTEGA Y GASSET, J. **Kant: 1724-1924. Reflexiones de Centenario**. Madrid, España: Revista de Occidente, 1929.

PALÁCIOS, Gonçalo Armijos. **De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 813–853, 2021.

RODRIGUES, Augusto. **Como nos tornamos os professores que somos**: uma problematização da herança estruturalista nas práticas de ensinar e aprender filosofia. São Paulo: Cultura Acadêmica Digital, 2020.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio. **Quadrinhosofia**: uma proposta metodológica para a classificação conceitual das histórias em quadrinhos quanto à sua abordagem filosófica. *Revista Cajueiro*, Aracaju, v. 2, n. 2, p. 236-273, maio/nov. 2020.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

THOREAU, Henry. **Desobedecendo**: Desobediência civil e outros escritos. Tradução e organização de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

Recebido em: 06/2025  
Aprovado em: 08/2025